



Anais da Assembléia

Nº 134

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 03 DE SETEMBRO DE 1996

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; **PSDB – 10:** Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; **PMDB – 10:** Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; **PTB – 07:** Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; **PPB – 06:** Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; **PFL – 05:** Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; **PT – 05:** Angelo Vanhoni - Pércles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 82.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 1996.

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Techy Filho, Albanor Gomes, Alcaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Passuti, Péricles Mello, Renato Adur, Reny Rorsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (52). Achando-se em licença os Senhores Deputados Edgar Bueno e Plauto Miró Guimarães (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Registramos a presença do ex-Vereador Luiz Carlos Mendes e Nereu Weber, companheiros nossos de Ponta Grossa, e também amigos do Romanelli.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.^o 896

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo

187, § 4.^o do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.^a Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, 03.09.96

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N.^o 898

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de Voto de Profundo Pesar, pelo falecimento do Sr. Claudio Cezar Passerino Moura ocorrido dia 31.08.96.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03.09.96

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 68 anos faleceu, o Sr. Claudio Cezar Passerino Moura, no dia 31.08.96.

O extinto deixa viúva Dona Nice Franco Moura, deixa ainda 01 filha e 04 netos.

Claudio Cezar Passerino Moura, que era funcionário aposentado, foi também Diretor do Clube Atlético Paranaense.

O passamento de Cláudio Cezar veio abrir enorme lacuna do seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu Servo Cláudio Cezar.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Cláudio Cezar, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família de Claudio Cezar para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor, e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu Servo Cláudio Cezar sob sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do

nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor o mistério de que nos deu participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Passerino Moura, endereçando a ela Voto de Profundo Pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 895

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, Voto de Congratulações e Alausos ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, pelos 50 anos de luta da entidade em favor da categoria e da imprensa independente e sem censura, que será comemorado no próximo dia 5 de setembro.

Outrossim, Requer, que da decisão da Casa, seja dada ciência à direção do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná receba os votos de congratulações e aplausos.

Sala das Sessões, em 03.09.96

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO N° 897

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja concedido voto de congratulações à Sociedade Hípica Paranaense, pelos 51 anos de existência.

Há 51 anos atrás, um pequeno grupo de afixionados pelo hipismo, deu origem a Sociedade Hípica, que hoje é um ponto de referência para o hipismo nacional.

A Sociedade Hípica, é considerada também entidade de utilidade pública pelo trabalho que desenvolve com os deficientes, por meio do curso de hipoterapia, que tem acelerado o desenvolvimento motor e psíquico.

Requer ainda, que a decisão desta casa, seja dada ciência a Sociedade Hípica, em nome de seu Presidente Emerson Jabur, demais membros da diretoria, sócios e funcionários.

Sala das Sessões, em 03.09.96

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 900

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER envio de voto de louvor ao Excelentíssimo Senhor Sidnev Mora, pela posse como Desem-

barçador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, conforme disposto no Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Neste termo pede deferimento, solicitando o envio do presente ao homenageado.

Sala das Sessões, em 03.09.96

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO N° 899

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Doutor Fernando Henrique Cardoso-Digníssimo Presidente da República do Brasil, e ao Excelentíssimo Doutor Reinhold Stephanes - Digníssimo Ministro da Previdência e Assistência Social, solicitando o envio ao Congresso Nacional de Mensagem, criando o Amparo Previdenciário, destinando aos ex-trabalhadores urbanos e rurais que tenham exercido atividade laborativa e estejam hoje impedidos de retornarem à condição de segurados do INSS, por idade avançada ou moléstia.

Requer ainda, seja encaminhada cópia do presente, aos Senadores José Eduardo de Andrade Vieira, Osmar Dias e Roberto Requião e aos Senhores Deputados Federais Abelardo Lupion, Affonso Alves de Camargo Neto, Luiz Fernando Ribas Carli, Antonio Ueno, Basilio Vilani, Dilceu João Sperafico, Elias Abrahão, Flavio Arns, Francisco Berchert, Hermes Parcianello, Homero Oguido, João Iensen, José Janene, José Rodrigues Borba, Luciano Pizzato, Luiz Carlos Haully, Maurício Requião, Max Rosenmann, Nelson Micheletti, Nelson Meurer, Odílio Babinoti, Pe. Roque Zimmermann, Paulo Bernardo Silva, Paulo Roberto Cordeiro, Renato Johnson, Ricardo Gomyde, Ricardo Barros, Valdomiro Meger, Vilson Santini e Werner Wanderer que compõem a Bancada Paranaense no Congresso Nacional, solicitando-lhes apoio e empenho junto ao Senhor Presidente e Ministro, visando a concretização do solicitado.

A criação do Amparo Previdenciário destinado aos ex-trabalhadores urbanos e rurais que tenham exercido atividade laborativa e estejam hoje impedidos de retornarem à condição de segurados do INSS por idade avançada ou moléstia, se faz necessária uma vez que através da Lei n° 8.742, de 07 de dezembro de 1993, instituiu-se a organização da Assistência Social que tem por objetivo:

- a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- amparo às crianças e adolescentes carentes;
- a promoção da integração ao mercado do trabalho;
- a habilitação e reabilitação das pes-

soas portadoras de deficiências e a promoção de sua integração à vida comunitária;

a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuírem meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Louvável a preocupação do Governo, ao organizar através da Lei os programas sociais em execução e a executar.

Entretanto, ao aplicar a garantia de 1 (um) salário mínimo ao deficiente e idoso, nos deparamos com o contido no Capítulo IV, que trata dos Benefícios, Programas e Projetos de Assistência Social.

Estabelece o art. 20 - parágrafo 3º - que para a concessão da renda mínima de 1 (um) salário mínimo, o deficiente ou idoso com idade mínima de 70 (setenta) anos, cuja família não tenha renda mensal "per capita" superior a 1/4, (um quarto) do salário mínimo.

Exemplificando: uma família composta de 4 (quatro) membros, que cada um usufrua de rendimento acima de R\$ 28,00 (vinte e oito reais), o direito ao auxílio, estará prejudicado.

O mesmo ocorrerá se a família for composta de pai, mãe e filho deficiente.

O pai com renda de R\$ 112,00 (cento e doze reais), o auxílio ao deficiente físico não será concedido.

Este absurdo está levando a pessoa honesta, a proceder de forma fraudulenta omitindo em declarações a renda familiar, porquanto, desesperada com as dificuldades da família para sobreviver e ainda tratar do filho, pai, mãe, avós etc, sob sua responsabilidade, não vê outra saída para conquistar o almejado auxílio.

Outros chegam ao ponto de procurar internamento em asilos, hospitais etc, para que se caracterize a condição de albergado do parente e assim, obter o auxílio.

Portanto, considera este Parlamentar no que diz respeito ao contido no art. 2º - inciso V da Lei Orgânica de Assistência Social, que ela em nada protege a família. Ao contrário, aumenta os conflitos e serve para aumentar o desaquecimento familiar. Ressalta que até aqui, se referiu somente aquele idoso e deficiente físico carentes.

Em suas atividades, este Parlamentar é procurado por idosos e inválidos. Todos procedentes do meio rural, onde até pouco tempo exerciam atividades como trabalhadores rurais.

Com a migração do campo para a cidade pelos motivos já bastante conhecidos por toda a sociedade civil e classe política, hoje vivem marginalizados, em favelas, amparados por familiares com rendas um pouco acima da mínima e muitas com ganhos que se

originam de "bicos" que se tornam impossível mesurar o seu valor.

Estes ex-trabalhadores rurais ou mesmo urbanos, até 31 de dezembro de 1995, tinham a proteção da Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que instituiu o amparo Previdenciário.

Entretanto, revogada pela referida Lei orgânica de Assistência Social, em seu art. 40.

O Amparo Previdenciário, no valor de 1 (um) salário mínimo era devido ao ex-trabalhador maior de 70 (setenta) anos ou inválidos nas seguintes condições:

- 1 - ter sido filiado ao regime do INPS, em qualquer época, no mínimo 12 (doze) meses consecutivos ou não, vindo a perder a qualidade de segurado;
- 2 - ter exercida atividade remunerada incluída no INPS e FUNRUPAL, mesmo sem filiação a Previdência Social, no mínimo por 5 (cinco) anos, consecutivos ou não;
- 3 - não ter outro meio de prover o seu próprio sustento.

Esta Lei, indiscutivelmente mais justa e humana, protegia o ex-trabalhador que hoje afastado do mercado de trabalho, não consegue outra atividade por ser idoso ou estar acometido de doença.

Por ser idoso ou doente não tem condições de filiar-se à Previdência Social, hoje com legislação rígida quanto a prova de atividade e carência para obtenção de aposentadoria ou pensão, principalmente daqueles que contribuíram ou exerceram atividade na cidade ou no campo ao longo da vida, e hoje ao procurarem o INSS são informados que perderam a qualidade de segurados da Previdência Social e pela idade avançada ou moléstia adquirida, após deixarem o trabalho, são impedidos de contribuir.

A estes entende o requerente, se deva dar tratamento diferenciado para obtenção da renda-mínima. Como ex-segurados da Previdência Social, não podem ser marginalizados e tratados como miseráveis e sujeitos aos ditames da Lei Orgânica de Assistência Social, que deve se ater ao casos em que não se situam este segmento da população.

Assim sendo, propõe que, após ouvido o Douto Plenário e com a aprovação deste, seja encaminhado expediente solicitando ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República do Brasil - Doutor Fernando Henrique Cardoso e Excelentíssimo Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social - doutor Reinhold Stephanes e ainda, seja encaminhada cópia do presente aos 3 Senadores e 30 Deputados Federais que compõem a Bancada Paranaense no Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 03.09.96.

(a) RICARDO CHAB

PROJETO DE LEI N° 414/96

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - A sede, agências e postos de atendimento dos estabelecimentos financeiros só poderão funcionar no âmbito do Estado do Paraná, quando possuírem sistema de segurança aprovado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 2° - O sistema de segurança, referido no artigo anterior, inclui vigilantes, alarme, capaz de permitir, com segurança, comunicação entre a sede, agência e postos de atendimento de cada estabelecimento financeiro, empresa de vigilância ou órgão do policiamento ostensivo mais próximo e, pelo menos, mais um dos seguintes dispositivos:

- I - equipamentos elétricos, eletrônicos e de filmagens, que possibilitem a identificação dos criminosos.
- II - artefatos que retardem a ação dos criminosos, detectem o porte de armas e possibilitem sua perseguição, identificação e captura.

Art. 3° - A vigilância ostensiva na sede, agências e postos de atendimento dos estabelecimentos financeiros e o transporte de valores serão executados:

- I - por empresa especializada, autorizada pela Secretaria de Segurança Pública;
- II - pela própria instituição financeira, desde que cadastrada e com sistema de segurança aprovado para este fim, pela Secretaria de Segurança Pública.

Art. 4° - Compete à Secretaria de Segurança Pública:

- I - fiscalizar os estabelecimentos financeiros e os respectivos postos de atendimento quanto ao cumprimento desta Lei;
- II - autorizar, em relação à segurança pública, o funcionamento do estabelecimento financeiro, após parecer conclusivo quanto ao prévio cumprimento desta Lei;
- III - aplicar aos estabelecimentos financeiros as penalidades previstas nesta Lei.

Art. 5° - Os estabelecimentos financeiros que infringirem as disposições desta Lei, ficarão sujeitos às seguintes penalidades, aplicáveis conforme a gravidade da infração, levando-se em conta a reincidência, não superior ao patrimônio líquido declarado no último balanço do exercício fiscal anterior:

- I - advertência;

- II - multa de vinte mil UFIR's;
- III - interdição do estabelecimento.

Art. 6° - A sede, agência e postos de atendimento dos estabelecimentos financeiros já em funcionamento deverão proceder a adaptação dos mesmos aos preceitos desta Lei, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da sua vigência, sob pena de incorrerem nas sanções previstas no artigo 5, desta Lei.

Art. 7° - O Poder Executivo editará, num prazo de 90 (noventa) dias, as normas para o cumprimento desta Lei.

Art. 8° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9° - Revoam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.09.96.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei visa estabelecer regras, no âmbito estadual, necessárias à segurança dos estabelecimentos financeiros.

A Constituição Federal, em seu artigo 144, prescreve que a segurança pública é dever do Estado, como também é de responsabilidade de todos, sendo exercida para a preservação da ordem pública e do bem comum.

Assim, buscando lograr os benefícios comuns e coibir eventuais perdas e respeitando as competências legislativas privativas dos entes federados, o presente Projeto de Lei visa fixar e impor obrigações aos particulares, bem como fiscalizá-los, em nome da defesa da incolumidade dos indivíduos e do seu patrimônio.

PROJETO DE LEI N° 415/96

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Darvil José Caron.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revocadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.09.96.

(aa) ANIBAL KHURY

BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

O título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná é uma das mais elevadas honrarias com que se pode outorgar um cidadão, sobretudo da estirpe do Senhor Darvil José Caron. Nascido em Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul aos dois de maio de

1916, filho de Ernesto Caron e Angelina Faoto Caron e casado com Dona Diva Dominga Deboni Caron, desenvolveu parte considerável de sua laboriosa e produtiva existência no solo paranaense. Empresário de ampla visão, associou-se, juntamente com outros, na direção do Cortume de Curitiba, empresa que gerou tantos empregos e riquezas na cidade. Mais tarde voltou-se para outra atividade, na área da saúde. E no Município de Campina Grande do Sul vislumbrou a possibilidade de desenvolver um grande serviço para a comunidade paranaense. Ali edificou um dos mais atuantes centros de medicina do Paraná: o Hospital e Maternidade Angelina Caron, que tantos e magníficos serviços tem prestado à população, sobretudo mais carente que busca ali refúgio e cura de suas doenças. O empenho do Senhor Darvil José Caron e de seus filhos Marco Antonio, José Carlos, Paulo Roberto, Pedro Ernesto e Vânia Aparecida somente tem contribuído para enaltecer a sua obra, e seu espírito de paranaense.

Ao propor o Título de Cidadão Honorário do Paraná estamos cumprindo com um dever para com aquele que traz em seu coração o amor por esta terra dos pinheirais e que tanto bem tem realizado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Ricardo Chab.

O SR. RICARDO CHAB - Boa tarde, Senhor Presidente. Boa tarde, Senhores Deputados.

Gostaria de entrar num assunto nesta tarde, porque estou de posse de um Requerimento já encaminhado à Mesa. Requerimento que quero fazer chegar às mãos do Excelentíssimo Senhor Presidente da República e também ao Ministro Paranaense da Previdência, Reinhold Stephanes, aos 3 Senadores do Paraná e aos 30 Deputados Federais nossos, aqui no Estado do Paraná.

Quero ser breve, porque o que eu estou vendo, no meu contato diário com a população que nos procura na Rádio Cidade, como na Rede Bandeirantes. E nós estamos vendo, a cada dia que passa, a população - o Deputado Toti também sabe disso, lá em Irati, porque a exemplo do que faço aqui em Curitiba o Deputado Toti faz lá em Irati, o atendimento previdenciário, a orientação às pessoas que precisam se aposentar, a orientação aquelas pessoas que buscam o benefício da previdência.

Então, nós temos uma Lei de nº 8743, do dia 7 de dezembro de 1993. Esta Lei instituiu a organização da Assistência Social, que tem por objetivo: "a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e a velhice. A promoção da integração ao mercado de trabalho, o amparo às

crianças e adolescentes carentes. A habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção da sua integração à vida comunitária. A garantia de um salário mínimo de benefício mensal a pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família".

Louvável a preocupação do Governo sem dúvida alguma, ao organizar através da Lei os programas sociais em execução e a executar. Entretanto, é aí que eu quero entrar na questão da aplicabilidade da Lei, Deputado Toti, o Senhor conhece bem o assunto.

A garantia de um salário mínimo ao deficiente e ao idoso, nós nos deparamos com o código do capítulo IV, que trata dos benefícios, programas e Projetos de Assistência Social. Estabelece o Artigo 20, parágrafo 3º, que para concessão da renda mínima de um salário mínimo, o deficiente ou o idoso com idade mínima de 70 anos, cuja família não tem a renda mensal "per capita" superior a 1/4 de salário mínimo, exemplificando agora, para que todos possam entender: "uma família composta por 4 membros, que cada um usufrua de um rendimento acima de 28 reais apenas por mês, o direito ao auxílio já está prejudicado".

Então é a Lei, que na sua aplicação a gente pode até chamar de mosca branca, a gente não encontra. É muito difícil. O mesmo acontece, se uma família composta de pai, mãe e filho deficiente: o pai com a renda de 112 reais por mês, o auxílio ao deficiente físico não será concedido. Então, se o pai ganha 112 reais, ele não vai conceder o benefício ao seu filho que é deficiente.

Esse absurdo está levando as pessoas honestas e eu tenho testemunhos, dou meu testemunho aqui, conheço casos, leva pessoas honestas a proceder de forma fraudulenta inclusive, omitindo declarações da renda familiar, porquanto desesperada com as dificuldades da sua família para sobreviver, ainda tratando do filho. O pai e a mãe, até mesmo a avó sobre sua responsabilidade. Não vê outra saída para alcançar o almejado auxílio, outros chegam ao ponto de procurar internamento em asilos e hospitais para que se caracterize a condição de albergado do parente. E assim conseguir auxílio.

Então temos que, no que diz respeito ao contido no artigo 2º inciso 5º da Lei Orgânica da Assistência Social, ela em nada protege a família, ao contrário, aumenta os conflitos que serve para aumentar o desagregamento familiar. Que até aqui nos referimos somente, a aquele idoso e deficiente físico carentes. Em nossas atividades, repito lá na Rádio Cidade, Rede Ban-

deirantes, aqui mesmo na Assembléia Legislativa, sou procurado por pessoas carentes, idosos, inválidos, pessoas de idade com mais de 70 anos. Todos, na maioria, Deputado Toti procedentes do meio rural. Foram expulsos do campo e vieram morar aqui, a margem de Curitiba, e não tem nenhum recurso. É importante colocar que essas pessoas, tinham um trabalho lá no meio rural.

Então eles vêm do campo para a cidade, por motivos que todos nós conhecemos. Então na verdade, são amparados por seus familiares. É o caso do filho que veio, e agora vem o pai. Ficam aqui morando nas redondezas de Curitiba, nos bairros distantes que nós conhecemos. O Deputado Luiz Carlos Martins sabe muito bem, porque também, esta na emissora de Rádio pela manhã. As pessoas o procuram, para tentar este benefício.

Então, quero entrar aqui gente, e é por isso que estou fazendo este documento, encaminhando ao Excelentíssimo Presidente da República, um documento que encaminho a todos os nossos Deputados Federais, aos 30 eleitos pelo povo do Paraná, aos 3 Senadores. Para que façamos aqui um pedido. E quero deixar isso claro, vamos tentar retomar aquilo que a gente conhece Deputado Toti, do Amparo Previdenciário. O que é o Amparo Previdenciário? Ora, hoje se fala na renda mínima. Ora, esqueceram lá atrás o Amparo Previdenciário. Que na verdade é o que garantia a renda mínima, daquele que colaborou em algum período com a Previdência. Então o Amparo Previdenciário, de 1974, Lei 6.179, do dia 11 de dezembro de 1974 que diz: o Amparo Previdenciário. Vejam só a diferença:

Primeiro: ter sido filiado ao regime do INPS em qualquer época, no mínimo 12 meses consecutivos ou não, vindo a perder a qualidade do assegurado. Segundo: ter exercido atividade remunerada incluído o INPS, FUNRURAL, mesmo sem filiação com a Previdência Social, no mínimo 5 anos consecutivos ou não. Não ter meio como prover seu próprio sustento. Essa Lei, indiscutivelmente, é mais justa e humana. Protegia o ex-trabalhador, que hoje afastado do mercado de trabalho não consegue atividade. É por ser idoso, ou estar acometido de doença.

Então por ser idoso ou doente, não tem condição de filiar-se a Previdência Social. Hoje, com a Legislação rígida, contra a prova da atividade e carência da obtenção, de aposentadoria ou pensão, principalmente, daqueles que contribuíram, ou exerceram atividades na cidade, no campo ao longo de sua vida. E hoje ao procurar o INSS, são informados que perderam a qualidade de segurados à Previdência Social. E pela idade avançada ou moléstia adquirida,

após deixar o trabalho sem continuar contribuindo.

Então só para concluir. Estou propondo à Assembléia Legislativa do Estado, passando ao conhecimento deste Plenário. Para que façamos chegar esse documento as autoridades do Governo Federal, para que tenhamos uma mudança. Porque isso está colocando as pessoas de bem, a margem realmente de qualquer direito com relação a Previdência.

O Sr. Toti Colago - Quero cumprimentar

Vossa Excelência pelo assunto que trás a Tribuna desta Casa. Além de apoiar o Vosso Requerimento, também contribuir e reafirmar que na verdade as autoridades de nosso País, tanto Sua Excelência Sr. Presidente, como Sua Excelência o Senhor Ministro, anunciaram, deram ênfase de que, o trabalhador rural, de que o doente, de que o idoso estariam a partir daquele momento recebendo as suas aposentadorias com as maiores facilidades possíveis.

Eu, com o maior respeito, Deputado Ricardo Chab, venho para piorar mais as medidas, as portarias e as resoluções internas do Ministério, do INSS.

O que Vossa Excelência coloca é uma grande realidade. A renda familiar não pode ultrapassar um salário mínimo. Se está o pai aposentado com 112 reais, o filho doente, um excepcional não pode receber a aposentadoria por invalidez ou doença incurável, se a esposa do agricultor, se o marido já está recebendo a sua aposentadoria, e se vier a falecer, ela pega a pensão do marido, porque é um direito dela, porque é casada com comunhão de bens. Muito bem. Ela fica com a pensão, ganhando 112 reais. Tem os documentos necessários, adquire a idade necessária, tem as escrituras do terreno e as notas fiscais, então ela tem o direito próprio dela de se aposentar também como agricultora.

No entretanto, o Instituto, as agências, principalmente de Irati, nem sequer aceitam o processo, o pedido de aposentadoria daquela esposa do agricultor, tendo em vista que ela está recebendo a pensão do marido. Também uma incoerência, uma injustiça. Além disso, o que vem ocorrendo muito hoje, principalmente na região de Irati, é com os doentes.

O pessoal que vai ao FUNRURAL fazer uma perícia médica na agência local de Irati e acredito, de resto, deva ser igual no Estado do Paraná, se cem casos, 5%, 10% passa a receber um parecer favorável do auxílio-doença por uma doença incurável.

Tenho fatos concretos em Irati. Pessoas que hoje estão aleijadas. Recentemente mandei meu carro para buscar um cidadão na região de Itapará, para fazer a 4.^a perícia porque ele não tem mais condições de

vir mais à cidade, de ônibus. Não tem condições. Praticamente perdeu uma perna lá.

No entretanto, qual foi a surpresa nossa? Pela 4.^a vez os peritos mandaram que o cidadão fosse trabalhar. Então as resoluções internas do INSS são um verdadeiro absurdo. Veio para prejudicar as pessoas idosas, doentes, as que são portadoras de doenças incuráveis, pessoas que sofreram acidentes na sua atividade agrícola e que não têm como se aposentar de forma e hipótese alguma. Vossa Excelência está coberto de razão. Quero ter o prazer de subscrever o seu requerimento, porque o Presidente da República tem que tomar conhecimento, porque na prática, aquilo que foi dito na televisão, é completamente diferente.

Meus cumprimentos a Vossa Excelência.

O SR. RICARDO CHAB - Só para concluir.

Agradeço o aparte do Deputado Toti que conhece profundamente o assunto. Essa situação toda que o Deputado Toti vive na sua cidade de Irati, e que será Prefeito agora nos próximos dias, tenho certeza absoluta disso.

Quero colocar aqui que isso aumenta ainda mais para Curitiba e Região Metropolitana. Por quê? Porque aquele cidadão que trabalhou 20 anos na lavoura, ou trabalhou de meeiro, de parceiro, arrendando a terra, defina como quiser definir o produtor agrícola. Trabalhou lá no interior. Veio aqui para Curitiba. Aqui em Curitiba ele arrumou um trabalho "de bico". Passou a ser encanador, jardineiro. Não deixou de trabalhar. Porém lá no campo, ele contribuiu para a previdência. Agora aqui em Curitiba exigem dele a contribuição dos últimos cinco anos. Como é que esse cidadão vai conseguir comprovar que trabalhou na lavoura nos últimos cinco anos? Isso está levando as pessoas ao desespero. São pessoas que trabalharam, que suaram no campo, que deram a sua vida para a produção, mas estão sendo marginalizados.

Gostaria que esse requerimento nosso fosse aprovado por este Plenário para que possamos sensibilizar os nossos Deputados lá em Brasília, os nossos Senadores, o Ministro da Previdência que é paranaense e o Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Senhor Orlando Pessuti.

(Declina).

Não há oradores inscritos no Grande Expediente e no Horário das Lideranças.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Anibal Khury e Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 319/96, de autoria do Deputado César Selme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro do Capinzal, com sede e foro na Cidade de Itaperuçu. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 320/96, de autoria do Deputado César Selme, que declara de Utilidade Pública o Centro de Reabilitação e Atendimento Professor Carlos Neufert, com sede e foro na Cidade de Jacarezinho. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 324/96 de autoria do Deputado Luiz Accorsi que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de São Brás, com sede e foro no Município de Curitiba. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 107 de 10.07.96).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 324/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, visa declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária de São Brás, com sede e foro nesta Capital.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, e de acordo com a Lei n° 6.994/78 que trata das normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EMERSON NERONE - Relator

ITEM 04

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 345/96 de autoria do Deputado Luiz Accorsi

que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Padre Colbacchini, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 115 de 06.08.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 345/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Padre Colbacchini.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, e de acordo com a Lei n° 6.994/78 que trata das normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.12.96.

(aa) JORL COIMBRA - Presidente
JOSE TAVARES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, Requerimento n° 896, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 897, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 898, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 895, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Em Votação.**

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, é apenas para reforçar esse nosso requerimento, obviamente teremos a aprovação, dizer da satisfação em congratularmos com o Sindicato dos Jornalistas do Estado do Paraná, que é um Sindicato como tem referência, é uma refe-

cia política, é uma preferência da expressão, da voz popular que tem se mantido ao longo dos tempos, passando por vários Governos, por processos ditatoriais. Mas é importante que exaltamos nesse momento a imprensa e muito mais os organismos que representam esta imprensa, que é o Sindicato dos Jornalistas, como baluarte, na verdade, da democracia, a exemplo da militância sindical que tem a Jornalista Maig Gett, que é Presidente do Sindicato e está junto conosco aí, como democratas que somos, não é verdade Senhores Deputados, na luta constante pelo direito de expressão, a liberdade de pensar e de agir sobretudo numa imprensa escrita e falada no Estado do Paraná.

Queremos em nome de todos os Deputados aprovando esse requerimento mandar o nosso abraço fraterno aos jornalistas, muito especialmente ao Sindicato dos Jornalistas.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação. Senhores Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão. **Aprovado unanimamente.**

Requerimento n° 899, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 900, de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 04, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 324 e 345/96.
- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 326 e 459/95, 252, 340, 343, 344 e 352/96.

Levanta-se a sessão.